

39º Encontro Anual da Anpocs

GT 26 - O pensamento social latino-americano: legado e desafios contemporâneos

“O ideário político bolivariano: caminhos para repensar a América Latina”

Autora: Lília Maria Silva Macêdo

1. Breve análise da noção de América Latina: os caminhos da reformulação crítica¹

Quando se faz referência à América Latina, seja em uma conversa cotidiana ou na elaboração de uma análise mais detida, se está lançando mão de um conjunto de significados mais vasto e mais complexo do que pode parecer à primeira vista. Ao longo da história, a concepção foi acionada em formulações teóricas e estudos de diversas áreas, desdobrando-a em vários sentidos e lhe conferindo diferentes tonalidades.

Muitas vezes, como ocorre com diversas noções que utilizamos no dia-a-dia, tendemos a naturalizá-la, assumindo-a como algo dado e facilmente inteligível. Entretanto, a sua problematização revela o entrelaçamento de uma série de camadas de significados gestados pelas dinâmicas da vida social e que, com frequência, revelam relações de poder.

Nesse sentido, se não há dúvida de que o termo se refere a determinada região do planeta, nem sempre se tem a mesma clareza em relação aos limites de tal região, uma vez que isto requer precisão em relação aos critérios que a determinam. Como pontua Alain Rouquié (1989), são inúmeros os elementos que podem ser elencados como um fundamento para a unidade latino-americana, desde aspectos geográficos até o processo histórico da colonização, passando por uma série de traços culturais, linguísticos, populacionais, religiosos e entre outros. Cada uma dessas dimensões transforma-se em uma via que conduz por caminhos específicos, ao longo dos quais se pode deparar com polêmicas em relação ao pertencimento de um país ou outro à região, tendo-se em conta ainda a enorme diversidade com que cada aspecto se manifesta em cada caso particular. Isto leva à conclusão de que, como afirmou Rouquié, “(...) el concepto América Latina no es ni plenamente cultural ni solamente geográfico” (Ibid., p. 20).

Por outro lado, um olhar histórico sobre a gênese desta denominação revela o horizonte de conflitos e disputas políticas que se formaram em torno das representações da região, influenciando as percepções sobre a mesma. Nesta direção o estudo de Farret e Pinto (2011), mais do que abordar o surgimento da noção, indaga-se sobre como ela pode consolidar-se, prevalecendo diante de outras designações possíveis.

Lançando mão da literatura historiográfica sobre o assunto, os autores esclarecem que o termo *América* é incorporado mais fortemente pela elite colonial ao longo do processo de emancipação do domínio das metrópoles. Nesse momento a questão da

¹ Agradeço aos professores Breno Bringel e Alfredo Falero pelas sugestões e orientações para a elaboração da proposta inicial deste trabalho.

identidade se colocava de forma mais eminente devido à necessidade de diferenciar-se e distanciar-se dos colonizadores europeus. Ela é também mobilizada para evocar uma dimensão continental que pudesse unir as colônias na formação de uma grande força contra o inimigo comum, o que torna claro o fato de que a denominação possuía um sentido profundamente vinculado às lutas sociais da época.

O termo *Hispanoamérica* ganha destaque posteriormente. A expressão ressaltava o vínculo e a identidade cultural dos territórios de colonização espanhola que lutavam por sua independência. Por outro lado, era uma forma de distinguir a região em relação aos Estados Unidos, que também se apropriavam do nome América, fazendo frente ao imperialismo que já começava a ser praticado por esta nação.

Finalmente, em meados do século XIX, a expressão *América Latina* aparece pela primeira vez nos escritos de alguns autores. A especificação que passa a acompanhar o nome América, vincula-se ao contexto da ideologia panlatina que se propagou na França e visava unir e colocar sob a sua liderança os países de matriz cultural latina, legitimando os interesses imperialistas desta nação. Farret e Pinto (2011) sugerem que a força para a perpetuação do termo reside no fato de ele permitir uma oposição, ainda mais acentuada, aos Estados Unidos, uma vez que o traço latino cria um forte contraste com o traço saxônico daquele país.

Portanto, na raiz história da concepção de América Latina os interesses das elites locais e os intentos imperialistas franceses combinam-se com a ausência das percepções e das experiências de grupos sociais fortemente submetidos às relações de dominação e exploração. Ou seja, excluía-se uma grande parcela da população das colônias, formada em grande parte por integrantes e descendentes dos povos originários do continente e dos povos de ascendência africana, trazidos para a região pelo tráfico de escravos.

No início do século XX, a concepção passou por novas elaborações importantes com o desenvolvimento de um movimento intelectual claramente comprometido com o propósito de compreender a realidade latino-americana, delineando suas características específicas e a sua identidade. Conforme enfatizam Norte e Reis (2008) esta tarefa é realizada por uma série de escritos ensaísticos. Esse estilo, que aliava atributos do texto literário com qualidades do texto científico, assumiu precedência nessa empreitada.

Souza (2011) enfatiza, sobretudo, o aspecto polêmico e as divergências da literatura que esteve voltada para a questão da identidade latino-americana nessa época. O autor propõe que estes contrastes sejam entendidos a partir de uma divisão em duas frentes:

de um lado, uma literatura dominante de origem colonizadora que tende a interpretar a região de forma negativa, uma vez que a submete a comparações em que ela sempre ocupa uma posição inferior em relação a outras sociedades (é o caso dos estudos produzidos nos Estados Unidos e designados de “Latin América”); de outro lado, uma literatura regionalista que busca contribuir com a autonomia da região como o destacado ensaio *Ariel* de José Henrique Rodó, publicado em 1900.

Em meados do século, os estudos sobre a América Latina ganham novo vigor e o conceito passa a trilhar com mais frequência os caminhos acadêmicos das ciências sociais, consolidando uma sociologia latino-americana. Neste contexto, organismos internacionais que direcionavam ações para a região, como a UNESCO, estimularam a criação de instituições como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), ambos fundados em 1957. De forma cada vez mais acentuada, a América Latina passa a figurar como uma unidade de análise, ampliando o escopo espacial das pesquisas e alterando as escalas de investigação, em uma sociologia marcada pelo paradigma do desenvolvimento e da modernização (LIPPI, 2005).

Uma das perspectivas mais marcantes sobre a região, bastante trabalhada pela sociologia latino-americana, procura caracterizá-la a partir da sua inserção nas estruturas do capitalismo global, ampliando a perspectiva para um quadro de relações sociais mais amplo. Um pouco nesta direção, o contraste estabelecido por Rouquié (1989) entre a América Latina e as outras regiões do planeta possui um teor essencialmente socioeconômico e geopolítico. A região é designada como o extremo ocidente, na medida em que se situa no entrecruzamento de duas tendências: corresponde à porção do Terceiro Mundo situado no hemisfério ocidental ou, o que redundaria no mesmo, a região do hemisfério ocidental que pertence ao Terceiro Mundo.

Algumas formulações procuram ir além da ênfase nas singularidades latino-americanas, enquanto o contexto europeu é tomado como referência central pouco problematizada. Nesta linha ressaltam-se as desigualdades do sistema capitalista que se configura mundialmente, estendendo através do globo as suas redes de poder e dominação.

Atualmente no campo das ciências sociais não encontram-se muitas interpretações abrangentes sobre a região. Como aponta Stavenhagen (2011), predominam análises voltadas para pontos específicos e que promovem comparações entre países ou sub-regiões. Simultaneamente nas relações sociais vê-se proliferar o uso do termo que continua

sendo um parâmetro importante para as relações internacionais e para as políticas de Estado. A expressão é evocada por atores e movimentos em meio às lutas pela transformação social, abrindo com isto novas perspectivas de ação. A sua vitalidade e o significado chave que possui na contemporaneidade, leva muitos estudiosos a argumentar que mesmo diante da raiz imperialista e elitista do conceito ele não deve ser abandonado, mas sim reelaborado a partir da abertura para outros horizontes sociais.

Esta é, justamente, a proposta de Stavenhagen (2011). O autor pontua que a tendência pós-moderna nas ciências sociais possibilitou uma reconfiguração da reflexão de modo a contemplar múltiplas subjetividades. Ele sublinha a necessidade de ir mais longe e promover um giro epistemológico, estabelecendo outro paradigma para pensar a região: o conhecimento dos grupos sociais subalternos e dos movimentos sociais que foram até então ignorados neste debate.

2. Inflexões no campo de estudos dos movimentos sociais

Estudos sobre os movimentos sociais também ressaltam a importância e a necessidade de voltar-se para o conhecimento e para as percepções gestadas no interior desses movimentos, o que contribui não só para a compreensão dos mesmos como também para a revisão crítica de conceitos com grande tradição nas ciências sociais, como é o caso do conceito de América Latina.

Nos trabalhos de Touraine (1990) está em jogo a elaboração dos parâmetros de um campo de investigações que tome os movimentos sociais como objetos de estudo nas ciências sociais. Está presente a tentativa de estabelecer um método em que o olhar do analista e o olhar dos protagonistas da ação coletiva possam dialogar, sem, contudo, se confundirem. Ou seja, ainda que distinguindo essas visões, o autor propõe que trabalhem juntas para que possam levar contribuições uma para a outra.

Em apreciações mais recentes sobre os encaminhamentos desta área de estudos na América Latina, autores como Florez-Florez (2007) e Falero (2012) também lançam um olhar sobre essa questão e apresentam pontos de inflexão analítica que são estratégicos para o avanço das investigações. Neste caso, o enquadramento dos movimentos na região delimita ainda mais especificamente o campo, sendo um dos seus grandes desafios superar a visão que apreende a América Latina como um simples cenário ou um pano de fundo para o fenômeno pesquisado, sem maiores consequências para a análise.

Para Florez-Florez (2007) a situação se mostra crítica na medida em que a estreita conexão entre a crise da modernidade e a emergência de novos movimentos sociais que questionam os limites do quadro social moderno, leva analistas a recusar o potencial crítico e transformador dos movimentos na periferia do capitalismo por julgarem que estes ainda estariam calcados nos marcos da modernidade. Para a autora o equívoco desta percepção seria fruto da visão eurocêntrica e em rompimento com ela novos paradigmas teóricos têm aberto possibilidades para a superação destas distorções analíticas. Um deles diz respeito à análise do fenômeno da colonialidade do saber que é responsável pelo enquadramento que organiza todas as sociedades em uma grande narrativa na qual a Europa ocupa um lugar central. Segundo a autora, para revertê-lo é essencial não só considerar os movimentos periféricos e as teorias sobre eles que são produzidas na periferia, como também tomá-los enquanto produtores de saber, atentando para as práticas que promovem um questionamento do conhecimento acadêmico que se mantém alheio aos saberes produzidos em outras esferas sociais, incluindo a luta política.

Já Falero (2012) destaca que apesar de ser enorme a diversidade e riqueza dos estudos sobre movimentos sociais, eles se mostram fragmentados e pouco articulados. O que, mais uma vez, demanda a reformulação dos instrumentos conceituais da área para que possibilitem a abordagem de questões transversais. Assim, por exemplo, o olhar para as lutas latino-americanas deve captar a sua variedade, mas sem perder de vista os traços gerais que caracterizam a região e que estão na base da configuração de todo este quadro. Uma das aberturas analíticas propostas, além de uma avaliação mais complexa da espacialidade e temporalidade dos fenômenos, é a busca pela articulação de linguagens que não se limitem à ciência, contemplando também as dos movimentos sociais.

Esses estudos abrem caminho para uma perspectiva em que a região não é tomada como uma espécie de condicionamento que atua sobre os movimentos ou como um produto determinado por eles. Ao contrário, procura romper com a antecedência de qualquer um desses elementos em relação ao outro para poder apreender a forma como eles se configuram mutuamente. Em outras palavras, a região não aparece como um dado, mas como algo em um processo de constituição no qual incorrem os significados que são apropriados e elaborados pelos movimentos sociais de forma contínua, dinâmica e aberta. Nesta linha, os movimentos não se apresentam apenas como um objeto de estudo em si, mas também como um recurso heurístico para pensar o campo sócio-político de forma geral e para a revisão crítica de conceitos e paradigmas das ciências sociais.

Em sintonia com estas ideias, Bringel e Cabezas (2004) destacam que:

De todos modos, lo que sí se puede afirmar es que los movimientos populares en la región están a la vanguardia en la construcción de una identidad latinoamericana crítica y autónoma por más que ésta se redefina continuamente a partir de los diversos ejes de conflicto social. (Ibid.).

Na esteira dessas discussões, o presente trabalho busca ressaltar a importância de uma apreensão sociológica da categoria América Latina a partir das representações gestadas desde o interior das lutas e movimentos sociais contemporâneos. Para isto a análise abordará um ideário político atual específico, lançando mão de trabalhos que permitem contextualiza-lo e apresentar alguns de seus traços gerais, conformando um quadro que possa servir de inspiração para outras investigações.

Inicialmente a análise concentra-se em um contexto de concepções políticas que foi decisivo para a elaboração de uma das primeiras noções de identidade atrelada à região e em profunda conexão com as lutas sociais de então. Tratam-se das primeiras décadas do século XIX, ao longo das quais se constituíram movimentos voltados para a conquista da independência das colônias americanas que estavam sob o domínio da metrópole espanhola. Algumas das ideias deste momento serão acessadas através do pensamento de Simón Bolívar. Em seguida, o olhar se volta para o bolivarianismo enquanto uma perspectiva política atual que evoca a identidade latino-americana sob um eixo de retomada e reelaboração deste período e desta figura histórica. Esse novo ideário político está profundamente implicado no panorama dos movimentos sociais da Venezuela, onde ele tem se desenvolvido com maior destaque.

3. Bolívar e os ideais da independência: raízes de uma visão da América Latina

O contexto da luta contra o domínio colonial espanhol na América no início do século XIX configurou um momento favorável para a elaboração de identidades e concepções políticas a respeito da transformação ou da manutenção das condições sociais da região. Os estudos de Pinto (2012) e Martins (2012), que traçam um panorama dos desdobramentos do pensamento social latino-americano, não deixam de situar este momento como tendo um significado estratégico para a reflexão. Questões políticas cruciais e debatidas ao longo de toda a história encontraram ali as primeiras formulações.

No que se refere à questão da identidade, dois elementos se destacam. Por um lado, a afirmação de uma identidade nacional, vinculada a reivindicação da soberania, ou seja, a autonomia na direção do país que não estaria mais expressamente submetido às diretrizes

de nações estrangeiras. Pinto (2012) ressalta o caráter excludente dos projetos nacionais concebidos neste período, uma vez que não contemplavam os direitos das parcelas mais excluídas da população, como as de origem indígena e africana.

Por outro lado, este momento também trouxe possibilidades de pensar a identidade para além das fronteiras estabelecidas entre os vice-reinos coloniais (ou, depois da independência, entre as nações). Como mencionado na introdução, a identificação como americano ganha precedência por sua oposição aos colonizadores espanhóis e também cria um laço entre as várias regiões do continente submetidas a relações de exploração colonial semelhantes. Para Martins (2012) o pensamento engendrado sobre a região veio acompanhado de uma visão sobre a inserção da mesma no sistema das relações mundiais que problematizava sua condição de dependência e subordinação, trazendo um maior potencial para a compreensão dos processos sociais. Por isto, o momento foi decisivo para o início de uma visão crítica que presente futuramente no latino-americanismo.

O ideário político que envolveu estas lutas alcançou uma formulação singular no pensamento de Simón Bolívar, que esteve profundamente envolvido no processo da independência e também na articulação da organização política que lhe sucedeu. Bolívar teve um papel destacado por sua atuação no campo de batalha e no cenário político e intelectual de então. Sua trajetória biográfica está povoada de acontecimentos políticos e confunde-se com a própria narrativa da história, quando esta se concentra mais em eventos pessoais do que nos processos sociais. Assim, Bolívar transformou-se em uma figura amplamente apropriada e elaborada de acordo com diferentes pontos de vista políticos, muitas vezes resultando em visões opostas. De maneira geral, a sua imagem foi consagrada como a de um herói: uma peça fundamental para a independência. O protagonismo que lhe é conferido se expressa enfaticamente na alcunha de “libertador”.

Mesmo considerando sua grande influência, inclusive para as gerações futuras, o pensamento de Bolívar não era a única referência. Ele representava uma proposta dentre muitas outras, com as quais se debatia em um universo em que confluíam inúmeras visões de mundo e interesses sociais e políticos. Ainda assim pode-se tomá-lo como contendo formulações importantes para a avaliação daquele contexto de luta se não perdermos de vista que ele se constituiu em um ambiente de múltiplas possibilidades.

O ponto de partida fundamental da visão delineada por Bolívar reside no questionamento da dominação colonial, o que fundamenta a necessidade de transformação da ordem. Na *Carta da Jamaica* (1815), por exemplo, ao tratar da condição das colônias

espanholas, Bolívar mobiliza elementos como a violência, a barbárie, a exploração e a devastação promovidas pela metrópole. Observa que a situação dos americanos era agravada pelo fato de estes, além de terem as atividades econômicas limitadas, serem excluídos da administração pública, o que os tornava pouco preparadas para lidar com instituições políticas e estatais. Entretanto, ressalta que a luta pela libertação se gestava em diversas regiões com êxitos e fracassos. Assim, adverte acerca da injustiça desta situação, buscando deslegitimá-la sobre vários ângulos.

Outro fator assume relevo no pensamento de Bolívar: a ideia de que a união e articulação política dos povos dos diversos territórios submetidos à colonização espanhola era uma condição fundamental não só para o êxito da luta como também para, em um período posterior, a defesa e manutenção da liberdade. Ainda que em vários textos esteja presente um sentimento nacionalista, com passagens de exaltação da pátria, Bolívar entende a luta de uma maneira ampla, entrelaçando as ações travadas em cada uma das colônias. É de tal modo que conclama os cidadãos de Nova Granada a se lançarem na investida pela retomada de Caracas, no *Manifesto de Cartagena* (1812).

Em vários textos Bolívar é contundente ao afirmar que os conflitos internos seriam grandes obstáculos na conquista da vitória, sublinhando com isso a necessidade da união: “Direi ao senhor o que pode nos tornará capazes de expulsar os espanhóis e de fundar um governo livre: é a união, sem dúvida; mas essa união não nos chegará por milagres divinos, e sim por efeitos sensíveis e esforços bem dirigidos.” (BOLÍVAR, 1992, p.74). O mesmo espírito inspirou não só a união da Venezuela e da Colômbia, como também o projeto de criação de uma confederação entre os Estados da Bolívia, Peru e Colômbia, depois de alcançada a independência, na busca por contornar a instabilidade política e social que ameaçava as conquistas anteriores.

Bolívar apresenta uma compreensão da estrutura social colonial que sugere limites para sua transformação. Isto se revela mais claramente na *Carta ao editor da Gazeta Real da Jamaica* (1815) em que Bolívar procura rebater o argumento de que a imensa desigualdade social existente nas sociedades coloniais colocaria uma grande dificuldade para a conquista da independência, uma vez que marcada por estas divisões não haveria unidade para seguir com a luta, podendo no decorrer deste processo deflagrar-se um conflito entre os diferentes grupos sociais. O argumento contra o qual Bolívar se opõe parece conter o temor dos grupos dominantes de que o restante da população questionasse seu poder no processo das guerras pela interdependência.

Diante da questão Bolívar assume uma postura conciliatória. Ele lança mão de uma série de argumentos para concluir que existiria uma harmonia e certo sentimento de fraternidade entre os segmentos da população. Afirma que os brancos estão em menor número, mas que possuem qualidades intelectuais que compensam tal condição; que os índios são pacíficos, dóceis e benevolentes, sendo os escravos igualmente pacatos. Em cada uma dessas afirmações está contida uma visão absolutamente distorcida a respeito dos povos indígenas e africanos e sobre sua condição de vida naquela época, apesar de seu veemente repúdio à escravidão. Está implícita uma série de preconceitos que não somente ocultam a situação de opressão destes povos como também a justificam, fazendo recair unicamente sobre eles as causas dessa condição.

Deve-se mencionar também que o lamento manifesto por Bolívar, em alguns momentos, em relação à ausência de apoio e contribuições de outros países da Europa à causa da independência sugere uma expectativa de que isto se concretizasse. Diante da queixa, se pode questionar até que ponto a libertação poderia ser efetiva se estivesse sendo subsidiada por estas outras nações como parece ser esperado.

A opinião de Bolívar em relação à arquitetura política institucional a ser construída nos novos Estados também possuía contornos singulares. Ao apresentar o seu projeto para a Constituição Venezuelana, Bolívar expõe alguns pontos de vista que já haviam sido expressos em outros textos, como no *Discurso de Angostura* (1819). Em linhas gerais, o seu espírito parece orientar-se pela perspectiva da utilidade e adequação deste projeto às condições sociais da Venezuela, em sintonia com os ensinamentos de Montesquieu de que as leis devem ser condizentes com as características dos povos para os quais se aplicam. Julga que o ideal não seria um sistema puramente republicano, nem puramente monárquico; nem perfeitamente federal, nem totalmente centralizado. Bolívar almeja o meio termo entre esses extremos já que acredita que isto seria mais viável e mais adequado para o estabelecimento de uma engenharia política que garantisse a liberdade e a estabilidade. Logo, mesmo afirmando valores republicanos, insistirá na fragilidade do sistema democrático para defender a implantação de um senado vitalício na Venezuela e um maior centralismo, limitando a autonomia das províncias. Medidas nesta mesma direção são apresentadas no *Discurso ante o Congresso Constituinte da Bolívia* (1825).

4. Bolivarianismo: uma retomada do legado de Bolívar

Na contemporaneidade uma das formas mais emblemáticas, por sua grande repercussão, de recuperação da figura histórica de Bolívar e de seu ideário político tem sido realizada pelo chamado bolivarianismo que se desenvolveu nas últimas décadas na Venezuela. De acordo com López Maya (2008), vivemos um contexto favorável para a formulação de novos parâmetros ideológicos. Segundo a autora, em meio à crise dos paradigmas da esquerda no final do século XX abre-se espaço para uma maior diversidade de referências. As circunstâncias históricas e sociais próprias das sociedades periféricas passaram a ter mais peso na mobilização de símbolos para a luta social e política.

Não há, entretanto, consenso a respeito daquilo que se deseja designar com o termo bolivarianismo, seja nas informações que circulam nos meios de comunicação ou em trabalhos científicos. Algumas vezes ele é utilizado para designar uma orientação política e ideológica, o que pode ser reforçado pelo fato de que a composição do termo com o prefixo “ismo” a situa em um rol de outras orientações como o socialismo, o liberalismo e etc. Em outras ocasiões, é fortemente identificado com a diretriz governamental do Estado Venezuelano, estabelecida com a eleição de Chávez.

4.1 A emergência do bolivarianismo no cenário dos movimentos sociais venezuelanos

Alguns trabalhos, como os de Seabra (2010) e Bruce (2013), procuram abordar o governo de Chávez e o panorama das transformações por quais passou a Venezuela durante este período enfatizando os movimentos sociais e demais tipos de organizações sociopolíticas que antecederam e que sustentam este processo. Este enfoque diferencia-se do olhar muito centrado na esfera estatal e na figura de Chávez, que se fundamenta pelo grande peso que estes elementos assumiram no cenário político venezuelano, mas que pode acabar passando ao largo de processos mais sutis e pulverizados pelo tecido social que, não obstante, podem possuir grande importância para o mesmo. A perspectiva proposta por estes autores contribui, portanto, para pensar o bolivarianismo em sintonia com os movimentos sociais que permeiam ou permearam a sociedade venezuelana, abrindo novas possibilidades analíticas.

Em primeiro lugar é importante notar que o cenário que antecede a ascensão do governo de Chávez costuma ser retratado de forma semelhante pelas distintas análises (BRUCE, 2013; LÓPEZ-MAYA, 2008; SEABRA, 2010) que apresentam o período das décadas de 80 e 90 como marcados por uma efervescência dos movimentos sociais. Segundo essas caracterizações a política neoliberal havia deflagrado uma crise que

penetrava diversos âmbitos da sociedade: nos planos econômico, social e político. Neste último, o quadro levava a um descrédito de algumas das organizações políticas tradicionais como os partidos e sindicatos e as manifestações na rua ganhavam maior precedência para a expressão das insatisfações, tendo destaque a grande mobilização que tomou as ruas de Caracas em 1989 e terminou com forte repressão e violência, o chamado Caracazo ou Sacudón. Assim, o contexto propiciou uma maior atuação e destaque de movimentos sociais que davam espaço para novos atores e veiculavam novas propostas.

É neste ambiente que começa a despontar o bolivarianismo como um movimento sociopolítico situado no amplo espectro da esquerda política venezuelana, com a fundação em 1983 do Movimento Bolivariano Revolucionário – 200 (MBR-200) ao qual Chávez pertencia. De acordo com a análise de López Maya (2008), ele inicialmente mostrava-se um movimento dinâmico e plural, conectado a outros movimentos e organizações. Na descrição da autora sobressai a vinculação com determinados setores militares, o que lhe conferi alguns traços particulares: o movimento surgiu nos quartéis nos anos 70 entre militares oriundos dos setores pobres da população, que tinham maior acesso à educação e uma formação nacionalista. Notam-se também tendências progressistas devido à influência de setores de esquerda que penetraram nas Forças Armadas durante o período de luta armada. A heterogeneidade do movimento desenvolveu-se no decorrer do tempo a partir de ligações com militantes de esquerda de diferentes partidos e organizações que o influenciaram com novas ideias e propostas.

4.2 O ideário político bolivariano: pela segunda e definitiva independência

Procurando distinguir conceitos e delimitar melhor os vários fenômenos que incidem na configuração do quadro político venezuelano, Seabra (2010) apresenta com detalhes o ideário político bolivariano, indicando suas características e especificidades. Em primeiro lugar, o autor aponta os parâmetros nos quais a figura histórica de Bolívar é apropriada e elaborada. Eles se distanciam de uma adoção pouco contextualizada historicamente e centrada na admiração e exaltação de Bolívar, resultando em uma forma de culto acrítico que foi muito utilizado pelas classes dirigentes para a reestruturação de seu domínio após períodos de instabilidade. O resgate desta figura pelo movimento bolivariano está mais próximo de um olhar que reexamina a história e procura retomar o seu projeto emancipatório de forma atualizada, ou seja, em sintonia com as novas questões e desafios colocados pela realidade venezuelana. De acordo com o autor, esta vertente

começou a ser elaborada pelos movimentos guerrilheiros na década de 60 antes de desembocar no movimento bolivariano contemporâneo.

Para Seabra (2010) os traços principais do bolivarianismo residem naqueles pontos centrais do programa político de Bolívar que, de maneira geral, continuam possuindo validade e respaldo na atualidade, mesmo que com algumas diferenças e adaptações. Eles apresentam um potencial tanto no sentido da reivindicação de mudanças, quanto no sentido da proposição dos caminhos que levariam à transformação almejada.

Em síntese, esses pontos corresponderiam, segundo o autor, à busca por uma independência plena e efetiva, a perseverança na luta pela libertação e a necessidade de união das nações independentes para criar novo equilíbrio no cenário das relações internacionais. Em poucas palavras, estes elementos se traduziriam nos princípios do nacionalismo, do anti-imperialismo e do integracionismo regional. A unidade regional que está em vista para este ideário político não se refere somente as nações em cujas lutas de libertação Bolívar atuou (ou América Meridional, como menciona em alguns textos). Ela é pensada frequentemente em termos mais amplos, referindo-se à América Latina.

A luta pela emancipação ganha novos significados. Ela já não diz respeito ao sistema de dominação colonial nos moldes dos séculos passados, mas sim às novas estruturas do capitalismo global que perpetuam a condição de exploração, dependência e subordinação cuja raiz foi plantada no período de submissão à metrópole espanhola. Essa compreensão é acompanhada, portanto, de uma apreciação crítica do desenvolvimento histórico anterior que questiona a efetividade da libertação alcançada. Como na clássica formulação de Ingenieros (1979) sobre o imperialismo, fica cada vez mais claro que “Su actual independencia es cuestión de forma antes que de hecho; han salido de la dominación ibérica para convertirse en colonias económicas de las naciones europeas y estar amenazados por la inminente tutela yanqui.” (Ibid., p.200).

Por outro lado, não somente a interferência e a dominação de nações estrangeiras são contestadas, como também o poder de oligarquias internas que colaboram para manter o país em condições subordinadas no quadro geopolítico mundial. A luta reivindica, desta maneira, uma transformação profunda das estruturas sociais com a distribuição do poder político em direção aos setores populares anteriormente excluídos e submetidos a ele. Em resumo, a conquista e a construção das condições para a realização da segunda e definitiva independência representam o núcleo deste conjunto de ideias políticos.

Neste sentido, as concepções políticas de Bolívar, conforme anteriormente analisadas, que apresentam limitações em relação à compreensão das condições dos setores desfavorecidos da população são retomadas em um sentido que possibilita a superação destas barreiras. Seus ideias são formulados sob novos termos e revertidos para novas direções de forma a aprofundar sua proposta de transformação e radicalizá-la, já que a emancipação desses setores passa a ser fundamental para a emancipação da nação como um todo. Para Seabra (2010) é importante notar que esta nova perspectiva política não requer uma designação prévia de um sujeito privilegiado para conduzir a libertação (como o operariado é considerado em algumas leituras do socialismo), abrindo espaço para articulação de distintos setores sociais e sujeitos na luta.

O trabalho de Maristella Svampa (2010) nos ajuda a situar o bolivarianismo em meio as principais matrizes político-ideológicas que compõe o campo de lutas atual na América Latina. Ou seja, em meio “aquellas líneas directrices que organizan el modo de pensar la política y el poder, así como la concepción del cambio social” (ibid., p. 18). A autora designa quatro correntes: a indígena comunitária, a nacional popular, a esquerda clássica e a narrativa autonomista. Pode-se dizer que o ideário político bolivariano está mais próximo da linha nacional popular, uma vez que, de modo geral, encontramos nele os principais elementos atribuídos a esta matriz: a afirmação da nação, a atuação central do Estado, o destaque de lideranças e a organização política popular.

No entanto, não se deve deter no simples estabelecimento desta identificação. Como a autora adverte, na vida social estas matrizes não existem em estado puro. Elas podem apresentar variações em relação ao perfil traçado e podem combinar-se ou opor-se de formas diversas. No caso do Bolivarianismo percebemos algumas diferenças: mais do que promover uma memória mediana referente às experiências populistas da primeira metade do século XX, ele mobiliza um acervo de ideais políticos correspondente a um período histórico mais remoto, como vimos. Assim, o bolivarianismo participa de algumas das linhas gerais da matriz nacional popular, mas apresenta contornos singulares.

4.3 Bolivarianismo como diretriz governamental em constante transformação

Com a eleição de Chávez para presidente em 1998, o bolivarianismo começa a ser tomado como a linha de orientação deste novo governo. Chávez representava o projeto político bolivariano, mas é importante ter em vista que o Movimento Bolivariano Revolucionário – 200 passou por transformações a partir de seu ingresso na corrida

eleitoral. A principal mudança, conforme a descrição de López Maya (2008), diz respeito a criação do partido Movimento Quinta República (MVR) como uma estrutura paralela voltada primordialmente para a questão eleitoral, possuindo uma organização interna vertical e centralizada, que viabilizou o estabelecimento de alianças com partidos de orientação ideológica diversas, formando a coalizão denominada de Polo Patriótico.

O papel que Chávez desempenhou na produção de uma unidade entre as várias forças que estavam em jogo no novo governo é apontado pelos autores como um dos fatores que contribuiu para o enorme destaque que sua figura adquiriu neste processo. Ao longo dos anos, o poder executivo assumiu cada vez mais primazia e o sistema político foi cada vez mais marcada pelo personalismo. Isto fez com que analistas interpretassem o processo político venezuelano nos termos do populismo. Nesse contexto, a expressão “chavismo” pode ser mais realçada do que “bolivarianismo”, como alerta Seabra (2010).

Não se deve perder de vista que as diretrizes que norteiam a atuação de um governo também são moldadas no transcorrer dos anos ao longo de um processo no qual incidem muitos fatores. Assim, o projeto político bolivariano sofreu alterações e as políticas governamentais se modificaram, levando à conformação de novas tendências. Na exposição realizada por López Maya (2008) podemos distinguir três momentos que evidenciam transformações na orientação do governo Chávez.

O primeiro momento foi assinalado pela elaboração da Constituição da República Bolivariana da Venezuela (CRBV) em 1999 que estabeleceu alguns pilares fundamentais. No âmbito político teve grande destaque o intento de aprofundar e aprimorar a democracia, tornando-a mais participativa e proporcionando o protagonismo dos cidadãos. Assim é instituído um sistema de consulta popular por meio de referendos e são criados organismos que permitem uma atuação política popular mais direta. É garantido maior domínio do Estado sob os recursos petrolíferos, que são centrais para a economia do país. No plano social também ocorrem avanços com o reforço dos direitos humanos e no plano internacional o país passa a visar à integração latino-americana e a solidariedade com os povos que lutam por emancipação. Essas linhas gerais forneceram os contornos iniciais do projeto bolivariano estatal e o primeiro ímpeto para sua atuação. Elas significaram mudanças substantivas em relação ao quadro anterior.

Entretanto, a grande tensão e os conflitos enfrentados pelo governo em seus primeiros anos, com episódios de violência e a tentativa de golpe para destituição do governo em 2002, levam a um redirecionamento de suas políticas, segundo a autora. O

Estado passa a intervir mais na economia e a ter uma postura anti-imperialista incisiva nas relações internacionais, estabelecendo novas alianças e promovendo iniciativas para a integração. Tem grande impacto, neste momento, a criação de programas que visavam solucionar de forma imediata uma série de problemas sociais, como os “núcleos de desarrollo endógeno” (Nudes) e as “misiones”. Tratava-se de organizações que permitiam superar a estrutura burocrática para o rápido atendimento da população por meio de mecanismos simples.

A combinação de um crescimento econômico baseado na renda petroleira com políticas sociais que melhoraram significativamente as condições de vida da população contribuiu, segundo López Maya (2008), para a reeleição de Chávez em 2006. O segundo mandato significou uma nova guinada na orientação do governo. O presidente propõe uma série de medidas para a construção do que chamava de socialismo do século XXI, entre as quais estava uma proposta de nova reforma da constituição. Para López Maya (2008) o projeto se traduzia em ações econômicas mais centradas no Estado, enquanto a participação política da população ficaria mais restrita ao contexto local, diretamente articuladas e dependentes do poder central.

A proposta constitucional é rechaçada pela população em um referendo realizado em 2007. Para a autora o enfraquecimento do apoio ao governo neste momento está profundamente relacionado com as contradições que começaram a permear a sua orientação, já que o projeto se opunha em muitos pontos ao ideal de aprofundar a democracia participativa, o que inicialmente teria conferido legitimidade ao bolivarianismo. Além disso, questiona as reais possibilidades de transformação da sociedade mediante uma estrutura econômica que se perpetuou quase inteiramente centrada e dependente da produção de petróleo, sem diversificar-se. A derrota dá mais espaço para movimentos de resistência e oposição ao governo, assim como no interior do mesmo começa se estruturar uma avaliação crítica sob os seus direcionamentos, colocando-o diante de novos desafios.

Apesar de suas peculiaridades, o quadro delineado para a Venezuela coadunasse com tendências apontadas por Svampa (2010) para toda a região quando enfatiza a reativação da matriz nacional popular nos moldes de uma nova visão desenvolvimentista:

Curiosa paradoja, entonces, la que atraviesa gran parte de la región latinoamericana: la crisis del consenso neoliberal, la relegitimación de los discursos críticos, la emergencia y potenciación de diferentes movimientos sociales, en fin, la reactivación de la tradición nacional-popular, se insertan en una nueva fase de acumulación del capital, en la cual uno de sus núcleos centrales es la

expropiación de los recursos naturales, cada vez más escasos, en el marco de una lógica de depredación ambiental. Sin embargo, en este contexto, se opera la reasociación entre la tradición nacional-popular y una visión productivista del desarrollo. (Ibid., p. 123).

4.4 Governo Chávez: configuração de um novo quadro para os movimentos sociais

Algumas análises do governo Chávez também chamam a atenção para o fato de este ter estimulado organizações e movimentos populares (impulsionando os já existentes ou colaborando para a criação de novos), o que redefiniu o quadro da sociedade civil venezuelana. Nestas interpretações procura-se indicar o quanto estas forças sociais organizadas cumpriram um papel fundamental para a sustentação do governo.

Segundo Seabra (2010), práticas políticas que estavam na base do movimento bolivariano antes da ascensão deste governo são fortalecidas e ampliadas, fornecendo alicerces para novas iniciativas:

Em 2001, o modelo organizativo que fundou as bases do bolivarianismo, os Círculos Bolivarianos, é recriado com objetivos ampliados, que abrangem desde a difusão da nova Constituição, discussões políticas, formação de associações de bairro ou cooperativas de pequenos produtores, até grupos de mães. (Ibid., p. 213).

O autor pontua, ainda, que mudanças nas leis estimularam a formação de movimentos no campo como a Frente Campesina Revolucionária Simón Bolívar e a Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora. Surgem também as Mesas Técnicas da Água e os Comitês de Terras Urbanas, além de uma organização da classe trabalhadora, a União Nacional de Trabalhadores. Por fim, tem grande importância a criação de instrumentos para viabilizar uma atuação política mais direta, como os Conselhos Comunais, através dos quais a população podia discutir sobre os problemas locais, propor soluções e gerir diretamente as políticas públicas.

Para o autor esses movimentos tiveram um significado decisivo para a sociedade venezuelana: se antes as mobilizações reforçavam uma consciência nas classes populares de que estas estavam em uma posição em que eram as vítimas do poder estatal, as novas organizações abrem espaço para que se vejam também como sujeitos do poder, dando um importante passo para a redefinição da sua distribuição, em sintonia com os ideais bolivarianos conforme caracterizados pelo autor.

Bruce (2013), que analisa mais detidamente a experiência dos Conselhos Comunais, pontua que eles podem ser uma porta de acesso para uma politização cada vez maior dos setores populares e para o seu engajamento em questões política de escopo mais amplo. Todavia, estas iniciativas tem sido alvo de um debate que indaga até que ponto esse

processo resulta em um controle do Estado, que ao burocratizar e normatizar a participação popular limita o seu potencial criativo e transformador. Diante do impasse, a autora argumenta que é preciso compreender o novo quadro dos movimentos sociais venezuelanos a partir das tensões entre as forças que se estruturam “desde arriba” e “desde abajo” (2013, p.1) e que se mesclam de uma forma dinâmica.

De fato, como observam Bringel e Falero, a emergência de governos considerados progressistas em diversos países da América Latina nos coloca diante de um novo cenário de modos de interação entre os movimentos sociais e o Estado. Os autores enfatizam que para dar conta deste quadro é fundamental aperfeiçoar os nossos instrumentos analíticos para ir além de uma interpretação que se concentra na velha dicotomia entre autonomia e dependência. Isto requer um olhar mais refinado a respeito dos vários elementos que compõem esta problemática.

Deste modo, pontuam a importância da construção de um olhar crítico sobre o Estado que permita desvelar a sua complexidade e as transformações pelas quais vem passando nas últimas décadas em decorrência de processos globais. É preciso levar em conta também as dinâmicas próprias das sociedades periféricas que combinam antigos traços com novas configurações. Esses aspectos são muitas vezes deixados de lado nas investigações que tendem a centrar-se nos movimentos. Por outro lado, é crucial ampliar a visão sobre estes, levando a análise muito além das fronteiras que formalmente podem delimitar uma organização social. Para isto devem-se contemplar as relações dos movimentos com diversos outros atores sociais, a sua participação em processos societários mais abrangentes e as múltiplas implicações de sua atuação. Em síntese, é imprescindível “pensar los movimientos más allá de los movimientos” (Ibid., p. 2).

Seguindo por este caminho os processos se mostram muito mais interconectados e as relações mais complexas e menos unilaterais. Percebe-se o quanto as lutas sociais e outras linhas de força participam do processo de constituição destes novos governos, assim como estes incidem na contínua reconfiguração das lutas, aspectos que procurarmos abordar neste breve contextualização. Assim, fica para trás a visão baseada na relação entre dois entes opostos, rigidamente diferenciados e bem delimitados.

5. Algumas considerações finais

Após ter trilhado uma longa trajetória nas ciências sociais, o conceito de América Latina apresenta na atualidade uma enorme pertinência que supera as fronteiras do discurso

acadêmico. A vitalidade desta concepção impõe o desafio de repensá-la criticamente, atentando para as suas novas apropriações e os novos contextos de significados em que ela é inserida. Neste sentido, os movimentos sociais se apresentam como um lócus extremamente fértil de formulações a respeito dessa categoria, que ganha assim novos contornos. Com isto torna-se imprescindível para as ciências sociais direcionar o olhar para as dinâmicas da vida social responsável por revigorar e reascender tais concepções, atenta ao fato de que os conteúdos atuais da identidade latino-americana são constituídos a partir das vozes, ações, práticas, narrativas e discursos dos sujeitos e das organizações sociais.

Em meio a este quadro, o bolivarianismo na Venezuela configura um novo ideário político extremamente pungente, mobilizador e em constante transformação. Nele o ideal da integração latino-americana é delineado por meio do resgate da figura histórica de Bolívar e das lutas pela independência. São operadas ressignificações que dão uma nova vida para estas referências históricas e, ao mesmo tempo, um novo ímpeto para as lutas sociais. Este quadro nos instiga a perceber o quanto a análise destas formulações gestadas no interior dos movimentos sociais é fundamental para a compreensão dos processos em curso, delineando um caminho a ser explorado pela reflexão sociológica.

Referências:

BOLÍVAR, Simón. (1992), *Escritos Políticos*. Tradução: Jacques Mario Brand, Josely Vianna Baptista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

BRINGEL, Breno; CABEZAS, Almudena. (2004), “Geopolítica de los movimientos sociales latinoamericanos: espacialidades, ciclos de contestación y horizontes de posibilidades”. In: J. Preciado (ed.), *Anuario de Integración Latinoamericano y Caribeño*. Guadalajara, México: ITESO.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. *Movimentos sociais e governos na América Latina: novos cenários, tipologia de relações e formas Estado/movimento*, mimeo.

BRUCE, Mariana. (2013) *Movimentos Sociais e Bolivarianismo*. *Boletim Tempo Presente (UFRJ)*, v. 3, p. 1.

FALERO, Alfredo. (2012), “Entre o rigor teórico-metodológico e a criatividade: algumas chaves cognitivas para a pesquisa dos movimentos sociais na América Latina”. In: B. Bringel e M. da G. Gohn (eds.), *Movimentos sociais na era global*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, pp. 37-55.

FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. (2011), *América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia*. *Topoi*, v. 12, n. 23, p. 30-42.

FLOREZ-FLOREZ, Juliana. (2007), “Lectura no eurocéntrica de los movimientos sociales latinoamericanos. Las claves analíticas del proyecto modernidad/colonialidad”. In: S. Castro-Gómez e R. Grosfoguel (eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Universidad Central – Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos/Pontificia Universidad Javeriana – Instituto de Estudios Sociales y Culturales, p. 243-266.

INGENIEROS, José. (1979), “Antiimperialismo y nación”. México: Siglo XXI (introdução, organização e comentários de Oscar Terán), fragmentos selecionados.

LIPPI, Lucia. (2005), *Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n.14, p.110-129.

LÓPEZ-MAYA, Margarita. (2008), *Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo*. *Revista Venezolana de Economía y Ciencia Sociales*, Caracas, v. 14, n. 3.

MARTINS, Carlos Eduardo. (2012), *O pensamento social latino-americano e os desafios do século XXI*. *Revista Comunicação&política*, v. 30, n. 1, p. 25-51. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/site/baCMS/files/28051ART2%20Carlos%20Eduardo%20Martins.pdf>>. Acesso em: 11 Dez. 2014.

NORTE, Ângela Lopes; REIS, Livia. (2008), *O ensaio latino-americano como vetor da construção identitária e sua contribuição para as relações Brasil-América hispânica*. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 155-165.

PINTO, Simone Rodrigues. (2012), O pensamento social e político Latino-Americano: etapas de seu desenvolvimento. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 27, n. 2, p. 337-359. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269922012000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 Dez. 2014.

ROUQUIÉ, Alain. (1989), América Latina. Introducción al extremo occidente. México, D.F.: Siglo XXI, introducción.

SEABRA, Raphael Lana. (2010), A Revolução Venezuelana: chavismo e bolivarianismo. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 211-220. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/13425/8663>>. Acesso em: 11 Dez. 2014.

SOUZA, Ailton de. (2011), América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da História. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 4, p. 29-39.

STAVENHAGEN, Rodolfo. (2011), “Repensar América Latina desde la subalternidad: el desafío de Abya Yala”. In: F. Rojas Avarena e A. Álvarez-Marín (eds.), América Latina y el Caribe: globalización y conocimiento. Repensar las Ciencias Sociales. Montevideo: FLACSO/UNESCO, p. 167-196.

SVAMPA, Maristella. (2010), “Movimientos sociales, matrices sociopolíticas y nuevos escenarios en América Latina”. Working Papers 01/2010, Kassel, Universitat Kassel.

TOURAINÉ, Alain (ed.). (1990), Movimientos sociales de hoy. Actores y analistas. Barcelona: Hacer, p. 11-44.